

Massagistas que atuam no Rio são formadas pelo chinês Dr P. Ling

De cada 100 massagistas em atividade no Rio, pelo menos 90 são formadas por um certo Dr. P. Ling, chinês, com certeza, e com escola montada em algum ponto de Copacabana. Os diplomas que ele concede são reconhecidos pelo Ministério da Educação e estão presentes em quase todas as 960 casas de massagens que o Departamento de Higiene e Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde já fiscalizou, para saber se é terapêutica ou não a massagem que nelas se aplica.

Pela lei, uma casa de massagens precisa ter massagistas formados, os quais, teoricamente, são capazes de cumprir qualquer receituário médico. Pela lei, também qualquer pessoa que entra numa casa de massagens precisa levar uma receita médica. Mas está difícil aos fiscais provar que a terapia oferecida pelas alunas (e alunos também) do Dr. P. Ling não é propriamente médica. Diante da dúvida, o Departamento de Higiene foi drástico: desde janeiro não renova nem dá novas licenças para estabelecimentos do gênero, que incluem ainda as termas e as saunas.

Advertância e multa

Para atuar no setor de massagens, saunas e termas, a Secretaria Estadual de Saúde criou, no final de 83, um grupo de trabalho (com médicos dermatologistas, sanitaristas e até veterinários) sob a coordenação do diretor do Departamento de Higiene e Vigilância Sanitária, dr Edson Paim. O grupo programou duas etapas de atuação. A primeira durou quase um ano e consistia em ler e recortar todos os anúncios publicados nos classificados dos jornais e depois visitar os endereços neles divulgados, avisando aos responsáveis que as leis sanitárias foram feitas para serem cumpridas.

Como os resultados foram nulos, o grupo de trabalho partiu então para a segunda etapa: multar todos os estabelecimentos em condições irregulares. Das 960 casas visitadas nas duas etapas, menos de 100 eram realmente casas de massagens com fins médicos e preenchiam as exigências legais. O resto, ganhou multas de 20 UFERJS (Cr\$ 2.144.400,00) para cada infração encontrada: falta de alvará da Secretaria Estadual de Fazenda, falta de licença do Departamento de Higiene e Vigilância Sanitária, falta de capacitação técnica (ausência de massagistas formados ou médicos, estes, para saunas) ou falta do livro de registro de pacientes atendidos.

Objetivo estranho

As evidências de que nas casas de massagens não se pratica medicina são mais que claras: a maioria delas funciona em edifícios mais ou menos decadentes do Centro e de toda a Zona Sul (principalmente Copacabana), têm decoração que inclui posters de mulheres nuas, luz de boate e, além de duas ou três camas altas, próprias para massagens, têm camas redondas, sofás confortáveis, geladeiras com bebidas, perfume no ar e massagistas vestidas com collants ou aventais transparentes, sem nenhuma roupa íntima.

Os fiscais do grupo de trabalho não querem ver seus nomes nos jornais com medo de alguma represália ("sabe como é, a gente não sabe quem está por trás dessa indústria; além do mais, falam que a Termas Aeroporto, a mais luxuosa no gênero, é de um almirante") e sabem que todas elas exploram o lenocínio. Mas não lhes cabe reprimir a exploração do sexo. Eles só querem fazer valer a lei que regulamenta o funcionamento de casas de massagens propriamente ditas e atuar preventivamente na área de doenças sexualmente transmissíveis.

— Há 20 anos, não me lembro ao certo — diz uma integrante do grupo — o Brasil possuía uma legislação que facilitava nosso trabalho, pelo menos quanto às doenças. Cada prostituta tinha uma carteirinha DST, sigla de Doenças Sexualmente Transmissíveis, pela qual a saúde pública fazia o controle. Com o fim das zonas de prostituição, o controle ficou impossível e a exploração comercial do sexo espalhou-se por todos os cantos da cidade, sob os mais variados rótulos. Vieram os motéis, depois as saunas, as termas e as casas de massagens. Tudo isso embalado pela pornografia divulgada no cinema, revistas e videocassetes.

A ação do grupo de trabalho já criou, entre os donos das saunas e massagens, mecanismos de defesa difíceis de driblar. Ontem, num comando em casas de massagens instaladas na Rua Senador Dantas (onde está a maior concentração delas no Centro da cidade), a equipe conseguiu fiscalizar apenas três estabelecimentos. No primeiro andar do número 29 (onde há duas casas, uma no grupo 14 e outro no 15) os fiscais foram denunciados no prédio e na rua inteira através de uma rede de informantes que inclui desde as massagistas até os porteiros e ascensoristas dos edifícios onde elas trabalham.

No grupo de salas número 15 a equipe encontrou Maria Irene Soares, dona também do número 14. No 2º andar do mesmo prédio, na sala 21, no Rosas Massagens, havia mais três mulheres. Nas três casas, várias irregularidades, como a ausência da massagista formada e falta do livro de registro dos pacientes.

Diplomas

Quando os comandos não encontram as massagistas, acham pelo menos os diplomas de cada uma delas, cuidadosamente guardados em algum canto. São documentos expedidos pelo Dr P. Ling. Na frente, o nome do mestre e do aluno se sobressaem entre as letras miúdas, que incluem, entre outras coisas, o número sob o qual o curso do chinês está registrado no MEC: 2.701. No verso, vários carimbos atestam a oficialidade da arte do Dr. Ling.

Seu curso para massagistas profissionais dura 160 horas de aulas teóricas e 600 horas de estágio. As aulas teóricas são divididas assim: 36 para anatomia e fisiologia, 14 para microbiologia e parasitologia, seis para noções de higiene, seis para ética profissional, 88 para técnica e prática de massagem e dez para moral e cívica. O diploma está isento de registro na Secretaria Estadual de Educação por força da deliberação 01/76, do "egregio Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro", conforme atesta um carimbo.

O documento tem ainda o reconhecimento do Departamento Geral de Fiscalização da Secretaria Estadual de Saúde. Até agora, o grupo de trabalho não conseguiu descobrir onde funciona a escola do Dr. Ling. Mas já percebeu que suas alunas são oriundas geralmente da classe pobre, têm de 18 a 25 anos e entre elas há também menores de idade. "Nosso trabalho é sanitário, não é policial", explica um fiscal. "Por isso, não podemos combater irregularidades que estão fora do nosso campo." Irregularidades que certamente começam na escola do Dr. Ling e que dificilmente vão acabar com a simples interrupção no fornecimento de licenças para estabelecimentos no setor.